



Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

RESOLUÇÃO Nº 1.082 DE 05 DE JUNHO DE 2025.

(Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraíba do Sul).

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL, APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1.º - Fica aprovado o Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, que com esta Resolução se publica e dela fica fazendo parte integrante.

TÍTULO I

Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Das Funções da Câmara

Art. 1º - O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de serviços públicos, de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições administrativas que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia e organização interna.

Art. 2º - As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município, respeitando a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º - As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas, àquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de contas do Estado.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 4º - As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos atos do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanitárias que se fizerem necessárias.

Art. 5º - As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito, quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativas previstas em lei.

Parágrafo Único - Os Secretários Municipais serão julgados pela Câmara Municipal dos casos de crimes de responsabilidade conexos com o Prefeito.

Art. 6º - A gestão dos assuntos de economia e de administração interna da Câmara realiza-se através da disciplina regimental de suas atividades, de estruturação e da gerência de seus serviços auxiliares.

CAPÍTULO II

Da Sede da Câmara

Art. 7º - A Câmara Municipal tem sua sede no prédio de n.º 96, localizado na Praça Garcia Paes Leme, no centro deste Município.

Art. 8º - No recinto de reunião plenária não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou de bandeira do país, do Estado ou do Município, na forma da legislação

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

aplicável, bem como, de obra artística de autor consagrado e de obras culturais com valor histórico reconhecido.

Art. 9º - Somente por deliberação da Mesa Diretora e quando o interesse público o exigir, poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizado para fins estranhos à sua finalidade.

Parágrafo Único – Nos casos emergenciais e inadiáveis a Presidência da Câmara Municipal poderá decidir.

Art. 10º - Fica autorizada a Câmara Itinerante, a qual tem por objetivo dar oportunidade aos moradores de outros bairros e distritos deste Município de participarem ativamente no desenvolvimento da cidade, instalando sessões públicas em locais previamente determinados e divulgados, juntamente com a data e a hora, após aprovação em plenário, nos meios de comunicações oficiais, em jornais, sítios eletrônicos e nas redes sociais da Casa Legislativa, devendo, inclusive, disponibilizar uma versão impressa e coloca-lá na Recepção da sede.

Art. 11 - As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, aprovada pela maioria absoluta dos vereadores, por motivo relevante e devidamente justificado.

CAPÍTULO III

Da Instalação da Câmara

Art. 12 - A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão preparatória, a partir de primeiro de janeiro do primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros, quando será presidida pelo Vereador mais idoso entre os presentes.

Parágrafo Único – A instalação ficará adiada para o dia seguinte, e assim sucessivamente, se à sessão que lhe corresponder não houver o comparecimento de

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

pelo menos 03 (três) Vereadores e, se essa situação persistir, até o último dia do prazo a que se refere o Art. 16, à partir deste a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

Art. 13 - Em até 15 (quinze) dias antes da cerimônia de posse, os Vereadores apresentarão declaração de bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata.

Art. 14 - Os Vereadores, munidos do respectivo diploma, tomarão posse na sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o Art. 12, o que será objeto de termo lavrado em ata por Vereador Primeiro Secretário “ad hoc” indicado por aquele, e após haverem todos manifestado compromisso, que será lido pelo Presidente, que consistirá da seguinte fórmula:

“Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo.”

Art. 15 – Prestado o compromisso pelo Presidente, o Vereador Secretário “ad hoc” fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará:

“Assim o prometo”.

Art. 16 – O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no Art. 13 deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal, e prestará compromisso individualmente.

Art. 17 – Seguir-se-á a eleição da Mesa (ver Art. 23) na qual somente poderão votar ou ser votados os Vereadores empossados.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 18 – O Presidente eleito facultará a palavra por 05 (cinco) minutos, a cada um dos Vereadores indicados pela respectiva bancada e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

Art. 19 – O Vereador que não se empossar no prazo previsto no Art. 16, não mais poderá fazê-lo, aplicando-lhe o disposto quanto à extinção do mandato, devendo o Presidente convocar o respectivo suplente, salvo motivo justo e aprovado pela maioria da edilidade.

Parágrafo Único - Considera-se motivo justo para fins do disposto neste artigo o falecimento de cônjuge, ascendente e descendente em linha reta ou colateral até o 3º grau, doença, mal-estar, dentre outros, devendo o Vereador apresentar os documentos que comprovem a sua condição.

Art. 20 – O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo a que se refere o Art. 16.

TÍTULO II

Dos Órgãos da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Da Mesa da Câmara

SEÇÃO I

Da Formação da Mesa e de suas Modificações

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ
CNPJ: 27.963.040/0001-95
Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 21 – A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, com mandato de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 22 – Findo os mandatos dos membros da Mesa, proceder-se-á à renovação desta para os 02 (dois) anos subsequentes, ou segunda parte da legislatura.

Art. 23 – Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais idoso entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa, o Vereador mais idoso entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 2º - A eleição da mesa diretora da Câmara Municipal de Paraíba do Sul para o segundo biênio da legislatura ocorrerá na última sessão legislativa ordinária do mês de junho do último ano de mandato da Mesa Vigente.

§ 3º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por maioria simples, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos na Mesa e utilizando-se votação em aberto.

§ 4º - A votação far-se-á pela chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos Vereadores, pelo Presidente em exercício, o qual procederá a proclamação dos eleitos.

Art. 24 – É vedada a eleição para qualquer cargo da Mesa Diretora de vereador que tenha tido suas contas reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

(TCE), no exercício da função de Presidente em um período de 8 (oito) anos, contados a partir da data da reprovação por decisão definitiva.

Art. 25 - Poderão concorrer à eleição da Mesa Diretora todos os Vereadores titulares, inclusive os que tenham exercido cargos na Mesa em legislaturas anteriores.

§1º - É permitida uma única recondução para o mesmo cargo dentro da mesma legislatura, nos termos do §4º do art. 57 da Constituição Federal.

§2º - É vedada a reeleição para o mesmo cargo da Mesa mais de uma vez consecutiva.

Art. 26 – O suplente de Vereador convocado somente poderá ser eleito para cargo da mesa quando não seja possível preenchê-lo de outro modo.

Art. 27 – Na hipótese da instalação presumida da Câmara a que se refere o Parágrafo Único, do Art. 12, o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidência da Câmara, com todas as prerrogativas legais, cumprindo-lhe proceder em conformidade com o disposto nos Arts. 110º e 112º e marcar a eleição para o preenchimento dos diversos cargos da Mesa.

Art. 28 – Em caso de empate nas eleições para membro da Mesa, considerar-se-á vencedor o Vereador mais idoso.

Art. 29 – Os Vereadores eleitos para a mesa serão empossados, mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício, na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício.

Art. 30 – Somente se modificará a composição permanente da Mesa ocorrendo a vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 31 – Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I – Extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II – Licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;

III – Houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular;

IV – For o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art. 32 – A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante justificação escrita apresentada ao Plenário.

Art. 33 – A destituição do membro efetivo da Mesa somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo da deliberação do plenário pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, acolhendo a representação de qualquer Vereador (ver Art. 254 e parágrafos).

Art. 34 – Para preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observado o disposto nos Artigos. 23 e 27.

SEÇÃO II

Da Competência da Mesa

Art. 35 – A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 36 – Compete à Mesa da Câmara, privativamente, em colegiado, propor para apreciação do Plenário:

I – Projetos de resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como, fixem as correspondentes remunerações iniciais;

II – As resoluções e os decretos legislativos que fixem o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal;

III – As resoluções e os decretos legislativos concessivos de licenças e afastamentos ao Prefeito e Vereadores;

IV – Elaborar e encaminhar ao Prefeito até o dia 31 de agosto, após a aprovação pelo Plenário, a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa;

V – Enviar ao Prefeito Municipal, até o primeiro dia de março, as contas do exercício anterior;

VI – Declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, assegurada ampla defesa;

VII – Representar, em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Distrito Federal;

VIII – Organizar cronograma de desempenho das dotações da Câmara vinculadamente ao trespasse mensal das mesmas pelo Executivo;

IX – Proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;

X – Deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias na Câmara;

XI – Receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XII – Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior (ver art. 151);

XIII - promulgar emendas à Lei Orgânica Municipal - LOM;

XIV - propor projetos de leis que disponham sobre alteração orçamentária;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

XV - devolver à Fazenda Municipal, até 31 de dezembro, o saldo de numerário que lhe foi liberado durante o exercício e/ou informar ao Poder Executivo Municipal, para meros efeitos de registros contábeis e de consolidação do balancete e balanço do Município, os saldos não aplicados até 31 de dezembro;

XVI - assegurar aos Vereadores, às Comissões e ao Plenário, no desempenho de suas atribuições, os recursos materiais e técnicos previstos em sua organização administrativa;

XVII - solicitar intervenção no Município, nos casos admitidos na Constituição;

XVIII - decretar a extinção e/ou perda do mandato de Vereador, do Prefeito e do Vice-Prefeito, nos casos indicados na Constituição Federal, na Lei Orgânica, neste Regimento e na legislação federal aplicável, observadas todas as formalidades legais;

XIX - expedir o regulamento da Secretaria, determinando as funções de seus servidores, que serão fixadas por Resolução da Câmara;

XX - permitir sejam divulgados os trabalhos da Câmara no Plenário ou nas Comissões, sem ônus para os cofres públicos;

XXI – enviar ao Executivo, até o dia 20 do mês subsequente, as contas do mês anterior e até 20 de fevereiro do ano seguinte às contas do ano anterior, a fim de possibilitar ao Prefeito a elaboração do balancete mensal e anual;

XXII – apresentar ao Plenário, no final de sua gestão, resumo dos trabalhos realizados, procedido de sucinto relatório sobre o seu desempenho;

§ 1º - Compete, ainda, à Mesa Diretora:

a) Propor ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador ou Comissão;

b) Defender a lei e o ato normativo municipal, em ação direta que vise a declarar lhes a inconstitucionalidade;

c) exercer outras atribuições previstas em lei.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 2º - Um terço da Câmara poderá, também, propor Projetos de Resolução que versem:

- a) Regimento Interno da Câmara e suas modificações;
- b) Autorização para o Prefeito e o Vice-Prefeito ausentarem-se do Município, quando a ausência exceder quinze dias.

Art. 37 – A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

Parágrafo Único. Em caso de empate, o voto do Presidente será qualificado.

Art. 38 – O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições, pelo 1.º Secretário, assim como este pelo 2.º Secretário.

Art. 39 – Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso presente, que convidará quaisquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário “ad hoc”.

Art. 40 – A Mesa reunir-se-á, independentemente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da Edilidade que, por sua especial relevância, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

SEÇÃO III

Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ
CNPJ: 27.963.040/0001-95
Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 41 – O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento Interno.

Art. 42 – Compete ao Presidente da Câmara:

I – Representar a Câmara Municipal em juízo, inclusive prestando informações em mandato de segurança contra ato da Mesa ou Plenário;

II – Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III – Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – Promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;

V – Fazer publicar os atos da Mesa, bem como, as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI – Declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previsto na lei;

VII – Apresentar ao Plenário, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao encerramento de cada quadrimestre, o balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas;

VIII – Requerer do Poder Executivo Municipal arquivo digital oficial das contas do Município, para disponibilização ao cidadão, nos termos da Lei Orgânica do Município - LOM, disponibilizando as contas ao público por meio do sítio eletrônico da Câmara Municipal;

IX – Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

X – Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;

XI – designar comissões especiais nos termos deste Regimento Interno, observadas as indicações partidárias;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

XII – Mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XIII – Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XIV – Administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;

XV – Representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas em geral;

XVI – Credenciar agente da imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XVII – Fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria;

XVIII – Conceder audiência ao público, a seu critério, em dias e horas pré-fixados;

XIX – Requisitar força, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;

XX – Empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o Plenário;

XXI – Declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Vereador e do suplente, nos casos previstos em lei ou em decorrência de decisão judicial, em face da deliberação do Plenário, e expedir decreto legislativo de perda de mandato;

XXII – Convocar suplente de Vereador, quando for o caso (ver art. 114);

XXIII – Declarar destituído membro de Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento (ver Arts. 33 e 66);

XXIV – Designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes (ver Art. 62);

XXV – Convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas no Art. 40 deste Regimento;

XXVI – Dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, e em especial exercendo as seguintes atribuições;

- a)** Convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa, inclusive no recesso;
- b)** Suplementar a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
- c)** Abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspende-las, quando necessário;
- d)** Determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do expediente de cada sessão;
- e)** Cronometrar a duração do expediente e da ordem do dia e do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;
- f)** Manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;
- g)** Resolver as questões de ordem;
- h)** Interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador (ver Art. 258, § 2.º);
- i)** Anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

- j) Proceder à verificação de “quórum”, de ofício ou a requerimento de Vereador;
- k) Encaminhar os processos e os expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e, esgotado este sem pronunciamento, nomear relator “ad hoc” nos casos previstos neste Regimento.
- l) Conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos regimentais;
- m) Interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem devido respeito à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o à ordem e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;
- n) Resolver qualquer questão de ordem e, quando omissa o Regimento Interno,
- o) Estabelecer precedentes regimentais, que serão anotados para solução de casos análogos;

XXVII – Praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente;

- a) Receber as mensagens de propostas legislativas, fazendo-as protocolizar;
- b) Encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como, os vetos rejeitados ou mantidos;
- c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações, quando haja convocação da Edilidade em forma regular;
- d) Solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

- e) Proceder à devolução à Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura de saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

XXVIII – Ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, transações via pix ou ordem de pagamento, autorizar transferências bancárias, juntamente com o servidor encarregado do movimento financeiro;

XXIX – Determinar licitação ou outro procedimento legal para contratações administrativas de competência da Câmara quando exigível;

XXX – Apresentar ao Plenário, mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;

XXXI – Administrar o servidor da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativas, civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara, praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXXII - Mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

XXXIII – Exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da mesma;

XXXIV – Dar provimento aos recursos;

XXXV - solicitar ao Prefeito, quando houver autorização legislativa, a abertura de créditos adicionais para a Câmara;

XXXVI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo delegar tal atribuição ao Presidente da Câmara.

Art. 43 – O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 44 – O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o “quórum” de votação de 2/3 (dois terços), e ainda nos casos de desempate, de eleição e de destituição de membros da Mesa das Comissões Permanentes e em outros previstos em lei.

Parágrafo Único – O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art. 45 - Compete ao Vice-Presidente da Câmara:

I – Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II – Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

III – Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

Art. 46 – Compete ao 1º Secretário:

I – Organizar o expediente e a ordem do dia;

II – Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III – Ler a ata pela presidência quando solicitado, as proposições e demais papéis que devam ser de conhecimento da Casa;

IV – Fazer a inscrição dos oradores no uso da palavra livre;

V – Lavrar as atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;

VI - Gerir a correspondência interna, providenciando a expedição de ofícios em geral e de comunicados individuais aos Vereadores;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

VII – Substituir o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa, quando necessário.

Art. 47 - Compete ao 2º Secretário:

I - Assinar, com o Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário, os atos da Mesa Diretora;

II - Substituir o primeiro secretário quando este estiver ausente;

III - Encaminhar para publicação os trabalhos realizados nas sessões;

IV - Dar recebido nas proposições lidas em plenário com assinatura, data e carimbo de verificação, de modo a atestar o período de tramitação do texto.

Parágrafo Único - O segundo secretário será substituído, quando necessário, por Vereador convidado, no momento, pelo Presidente.

CAPÍTULO II

Do Plenário

Art. 48 – O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício em local, forma e “quórum” legais para deliberar.

§ 1º - O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão.

§ 3º - “Quórum” é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 4º - Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§ 5º - Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 49 – São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

I – Elaborar as leis municipais sobre matérias de competência do Município;

II – Discutir e votar o orçamento anual, a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

III – Apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV – Autorizar, sob a forma da lei, observadas as restrições constantes da Constituição e da legislação incidente, os seguintes atos administrativos:

a) Abertura de créditos adicionais, inclusive para atender a subvenções e auxílios financeiros;

b) Operações de créditos;

c) Aquisição onerosa de bens imóveis;

d) Alienação e oneração real de bens imóveis municipais;

e) Concessão e permissão de serviço público;

f) Concessão de direito real de uso de bens municipais;

g) Participação de consórcios intermunicipais;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

- h)** Alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

V – Expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

- a)** Perda de mandato de Vereador;
- b)** Aprovação ou rejeição das contas do Município;
- c)** Concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em lei;
- d)** Consentimento para o Prefeito e o Vice-Prefeito se ausentarem do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias;
- e)** Atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade, sendo 3 (três) pessoas por vereador;
- f)** Fixação ou atualização da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- g)** Delegação ao Prefeito para elaboração legislativa;

VI – Expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto aos seguintes:

- a)** Alteração do Regimento Interno;
- b)** Destituição de membro da Mesa;
- c)** Concessão de licença a Vereador, nos casos permitidos em lei;





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

- d) Julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento;
- e) Constituição de comissões especiais;
- f) Fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores;

VII – Processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa;

VIII – Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos de administração quando delas careça;

IX – Convocar auxiliares diretos do Prefeito para explicações perante o Plenário sobre matérias sujeitas à fiscalização da Câmara, sempre que assim o exigir o interesse público (ver Arts. 247 à 235);

X – Eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus membros na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XI – Autorizar a transmissão por rádio, televisão ou internet as sessões da Câmara ao vivo ou suas respectivas gravações;

XII – Dispor sobre a realização de sessões sigilosas nos casos concretos (ver Art. 170);

XIII – Propor a realização de consulta popular na forma da Lei Orgânica Municipal.

Art. 50 - É proibida a permanência de pessoas não autorizadas no Plenário durante a realização de sessões ou audiências públicas.

Parágrafo Único - Fica discricionário ao Presidente autorizar a permanência de pessoas externas no plenário.

CAPÍTULO III

Das Comissões

SEÇÃO I





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Da Finalidade das Comissões e de suas Modalidades

Art. 51 – As Comissões são órgãos técnicos compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da administração.

Art. 52 – As Comissões da Câmara são Permanentes e Especiais.

Art. 53 – Às Comissões Permanentes incumbe estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes são:

- I** - De Legislação, Justiça e Redação final;
- II** - De Finanças e Orçamento;
- III** - De Obras e Serviços Públicos;
- IV** - De Educação;
- V** - De Direitos Humanos, Cidadania e Assistência;
- VI** - De Meio Ambiente e Bem-Estar Animal;
- VII** - De Saúde;
- VIII** - De Segurança e Ordem Pública;
- IX** - De Ética e Decoro;
- X** - Do Idoso e Da Pessoa Com Deficiência;
- XI** - De Turismo e Cultura.

Art. 54 – As Comissões Especiais, destinadas a proceder a estudo de assunto de especial interesse do Legislativo, terão sua finalidade especificada na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

§ 1º - As Comissões Permanentes se reunirão, semanalmente, nas salas das comissões Vereador José Geraldo Bernardes para fins de deliberação, discussão e emissão de pareceres nos respectivos projetos de lei designados pela Mesa Diretora.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 2º - Será de competência da Mesa Diretora destinar os respectivos projetos de lei lidos em plenário para as comissões cuja temática da ementa se qualifique para expressar os pareceres.

Art. 55 – A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquérito, com a finalidade de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da Administração indireta e da própria Câmara.

Parágrafo Único – As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão de Inquérito.

Art. 56 – As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara mediante requerimento, de 1/3 (um terço) de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 57 – O Presidente constituirá, por votação da maioria dos vereadores, Comissão Processante a fim de apurar a prática de infração político-administrativa de Vereador, cargos efetivos e comissionados da Câmara, observado o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art. 58 – Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – Discutir, votar e emitir pareceres sobre as proposições que lhes forem distribuídas sujeitas a deliberação do Plenário;

II – Discutir, votar e emitir pareceres sobre projetos de lei, dispensada a competência do Plenário;

III – Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV – Convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, por ofício, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

V – Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

VII – Apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

VIII – Acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como, a sua posterior execução;

§ 1º - Na hipótese do Inciso II deste artigo e dentro de 15 (quinze) dias úteis, a contar da divulgação da proposição na ordem do dia, o que será objeto de deliberação do Plenário.

§ 2º - A prorrogação do prazo contido no parágrafo anterior poderá ocorrer mediante justificativa;

§ 3º - Aprovada a redação final pela Comissão competente, o projeto de lei retorna à Mesa para ser colocado na ordem do dia para a primeira votação na sessão subsequente, ao passo que a segunda votação ocorrerá na sessão seguinte a esta, para, por fim, ser encaminhado ao Poder Executivo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

§ 4º - Reprovada a redação final pelas Comissões Permanentes, o parecer final dos projetos de lei deverão ser lidos no expediente em Plenário, não podendo ser incluído na ordem do dia, cabendo o seu arquivamento.

Art. 59 – Qualquer entidade da sociedade civil, instituição, pessoa física, pessoa jurídica, poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões, sobre projetos que com eles se encontrem para estudo.

Parágrafo Único – O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento, o seu tempo de duração na sala das Comissões.

Art. 60 – As Comissões Especiais de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município.

SEÇÃO II

Da Formação das Comissões e de suas Modificações

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 61 – Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão de posse, após a definição da Mesa Diretora, por um período de 02 (dois) anos mediante apresentação das chapas com os Vereadores interessados, desde que verificados o respeito e as proporcionalidades legais, com votação aberta, considerando-se eleita a chapa que obteve a maioria simples dos votos.

§ 1º - Far-se-á a votação aberta para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e membro das Comissões, podendo integrá-las o Vice-Presidente da Câmara e os Secretários.

Art. 62 – As Comissões Especiais serão constituídas por proposta da Mesa ou por pelo menos 03 (três) Vereadores, através de resolução que atenderá ao disposto no Art. 54.

Art. 63 – A Comissão de Inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias ao Prefeito ou a dirigente de entidade de Administração indireta.

§ 1º - Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de decreto legislativo, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores presentes.

§ 2º - Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio de cópias de peças do inquérito à Justiça, visando a aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelos atos objeto da investigação.

Art. 64 – O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único – Para o efeito do disposto neste artigo observar-se-á a condição prevista no Art. 32.

Art. 65 – Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 03 (três) reuniões consecutivas ordinárias, ou 05 (cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 1º - A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a autenticidade de denúncia, declarará vago o cargo.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 2º - Do ato do Presidente caberá recurso para o Plenário ao prazo de 03 (três) dias.

Art. 66 – O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos membros da Comissão Permanente e da Comissão de Inquérito.

Art. 67 – As vagas nas Comissões por renúncia, destituição, ou por extinção ou perda de mandato do Vereador, serão supridas por qualquer Vereador por livre designação do Presidente da Câmara.

SEÇÃO III

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 68 – As Comissões Permanentes não poderão se reunir, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita a regime de urgência especial, no período destinado à ordem do dia da Câmara, quando então a sessão plenária será suspensa, de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 69 – As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos 02 (dois) de seus membros, devendo, para tanto, ser convocadas pelo respectivo Presidente no curso da reunião ordinária da Comissão.

Art. 70 – Todos os documentos elaborados pelas Comissões Permanentes serão assinados por todos os membros e terão suas folhas numeradas.

Art. 71 – Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I – Convocar reuniões extraordinárias da Comissão respectiva por e-mail ou ofício;

II – Presidir às reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III – Receber as matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator ou reservar-se para relatá-las pessoalmente;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

IV – Fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de suas obrigações;

V – Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI – Conceder visto de matéria, por 03 (três) dias, ao membro da comissão que o solicitar, salvo no caso de tramitação em regime de urgência;

VII – Avocar o expediente, para emissão do parecer em 15 (quinze) dias úteis, quando não o tenha feito o relator no prazo.

Parágrafo Único – Dos atos dos Presidentes das Comissões, com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 03 (três) dias, salvo se tratar de parecer.

Art. 72 – Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á relator em até 15 (quinze) dias úteis, se não se reservar a emissão do parecer, o qual deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias úteis.

Art. 73 – É de 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º - O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, do processo de prestação de contas do Município, e triplicado quando se tratar de projeto de codificação.

§ 2º - O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar de matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa e aprovadas pelo Plenário.

Art. 74 – Poderão as Comissões solicitar, ao Plenário, a requisição ao Prefeito das informações que julgarem necessárias, desde que se refiram a proposições sob a sua apreciação, caso em que o prazo para a emissão de parecer ficará automaticamente prorrogado por tantos dias quantos restarem para o seu esgotamento.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões, atendendo à natureza do assunto, solicitem assessoramento externo de qualquer tipo, inclusive a instituição oficial ou não oficial.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 75 – As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer.

§ 1º - Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação em contrário, assinando-o relator como vencido.

§ 2º - A concordância às conclusões do relator poderá ser parcial, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro da Comissão que a manifestar usará a expressão “de acordo”, com restrições.

§ 3º - O parecer da Comissão poderá sugerir substitutivo à proposição ou emendas à mesma.

§ 4º - O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os seus membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu autor ao Presidente da Comissão e este defira o requerimento.

Art. 76 – Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre o veto (ver Art. 93), produzirá, com o parecer, projeto do decreto legislativo, propondo a rejeição ou a aceitação do mesmo.

Art. 77 – Quando a proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo parecer separadamente, a começar pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, devendo manifestar-se por último a Comissão de Finanças e Orçamento.

Parágrafo Único – No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art. 78 – Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer, por escrito, ao Plenário, a audiência da Comissão à qual a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo Único – Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos a que se referem os Arts. 73 e 79.

Art. 79 – Sempre que determinada proposição tenha tramitado de uma para outra Comissão, ou somente por determinada Comissão sem que haja sido oferecido, no prazo, o parecer respectivo, inclusive na hipótese do Art. 71, VII, o Presidente da Câmara designará relator “ad hoc” para produzi-lo no prazo de 05 (cinco) dias.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Parágrafo Único - Escoado o prazo do relator “ad hoc” sem que tenha emitido o parecer, a matéria será incluída na mesma ordem da proposição a que se refira para que o plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 80 – Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou solicitação do Presidente da Câmara por despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência especial, na forma do Art. 162, ou em regime de urgência simples, na forma do art. 163 e seu parágrafo único.

§ 1º - A dispensa do parecer será determinada pelo Presidente da Câmara, na hipótese do Art. 78 e de seu parágrafo único, quando se tratar das matérias dos Arts. 93 e 94, na hipótese do § 3.º do Art. 154.

§ 2º - Quando for recusada a dispensa de parecer o Presidente em seguida sorteará relator para proferi-lo oralmente perante o Plenário antes de iniciar-se a votação de matéria.

SEÇÃO IV

Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 81 – Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º - Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os projetos de lei, decretos legislativos e resoluções que tramitem pela Câmara.

§ 2º - Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, seu parecer seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado, prosseguirá aquele sua tramitação.

§ 3º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos:

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

- I** – Organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
- II** – Criação de entidade de Administração indireta ou de fundação;
- III** – Aquisição e alienação de bens imóveis;
- IV** – Participação em consórcios;
- V** – Concessão de licença ao Prefeito ou ao Vereador;
- VI** – Alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Art. 82 – Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

- I** – Plano Plurianual;
- II** – Diretrizes Orçamentárias;
- III** – Proposta Orçamentária;

IV – Proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, altere a despesa ou a receita do Município, acarrete responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

V – Proposições que fixem ou aumentem a remuneração dos servidores e que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara.

Art. 83 – Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

Parágrafo Único – A Comissão de Obras e Serviços Públicos opinará, também, sobre a matéria do Art. 81 § 3.º, III e sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

Art. 84 – Compete à Comissão de Educação manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais em geral.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Parágrafo Único - A Comissão de Educação apreciará obrigatoriamente as proposições que tenham por objetivo:

- I** – Concessão benefícios aos estudantes e as respectivas regulamentações;
- II** – Reorganização administrativa da Prefeitura na área da Educação;
- III** - Capacitação dos profissionais da Educação;

Art. 85 - Compete à Comissão de Saúde manifestar-se em todos os projetos e matérias relacionados com a saúde em geral.

Parágrafo Único – A Comissão de Saúde apreciará obrigatoriamente as proposições que tenham por objetivo:

- I** – Reorganização administrativa da Prefeitura na área da Saúde;
- II** - Capacitação dos profissionais da Saúde;
- III** - Transporte para realização de exames em outros Municípios;

Art. 86 - Compete à Comissão de Ética e Decoro:

I – zelar pela observância dos preceitos deste Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal;

II - instaurar o processo disciplinar e proceder a todos os atos necessários à sua instrução, de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa;

§ 1º - Não poderá ser membro da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar o vereador incurso em processo disciplinar por incompatibilidade com a ética e com o decoro parlamentar.

Art. 87 - Compete à Comissão Permanente do Meio Ambiente e Bem-Estar Animal;

I - auxiliar a Câmara Municipal e sua Mesa Diretora, no encaminhamento das matérias de sua competência;





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

II - elaborar pareceres sobre matérias apresentadas, promover pesquisas e propor projetos de lei que estimulem a elaboração de políticas públicas relativas ao meio ambiente, ao bem-estar animal e sustentabilidade;

III - desenvolver uma agenda de Seminários, Palestras e Mesas de debates, dentre outros eventos relativos ao Meio Ambiente na Câmara Municipal;

IV - cooperar e promover intercâmbios com outras casas legislativas e organizações de objetivos iguais ou assemelhados;

V - emitir parecer quando alguma proposição possa eventualmente atingir direta ou indiretamente o meio ambiente;

Art. 88 - Compete à Comissão de Segurança e Ordem Pública:

I - emitir pareceres sobre as proposições de matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais;

II - emitir pareceres sobre as proposições atinentes à segurança pública do Município;

III - fiscalizar e acompanhar programas e políticas governamentais de segurança pública;

IV - colaborar com entidades não-governamentais que atuem nas matérias relacionadas à Segurança e Ordem Pública, bem como realização de pesquisas, estudos e conferências sobre assuntos de sua competência.

Art. 89 - Compete à Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência:

I - receber, avaliar e proceder investigação de denúncias relativas às ameaças ou violações de direitos humanos;

II - fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos;

III - colaborar com entidades não governamentais municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais que atuem na defesa dos direitos humanos;

IV - pesquisar, mapear e estudar a situação da cidadania e dos direitos humanos no município de Paraíba do Sul;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

V - acompanhar a capacitação dos profissionais da área;

VI - Examinar e emitir pareceres sobre o Sistema Único de Assistência Social;

VII - Emitir pareceres sobre temas relacionados à Seguridade Social;

VIII - Apreciar e manifestar-se obrigatoriamente quando ao mérito em todos os projetos e matérias que versem sobre assistência social.

Art. 90 - Compete à Comissão do Idoso e da Pessoa com Deficiência:

I - Analisar e emitir pareceres sobre as proposições que tenham a finalidade de implementação de políticas de interesse público da pessoa com deficiência e do idoso;

II - Analisar e emitir pareceres a respeito de concessão de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência, com a respectiva fiscalização;

III - Receber e fazer denúncias, no órgão competente, de discriminação e violação de direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência;

IV - Fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos à proteção dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência.

Art. 91 - Compete à Comissão de Turismo e Cultura:

I - Analisar e emitir pareceres sobre proposições e assuntos que digam respeito ao turismo e à cultura do Município;

II - Fiscalizar as ações, trabalhos e projetos realizados no Município voltados ao turismo e à cultura;

III - Emitir pareceres sobre políticas públicas que tenham como finalidade a melhoria e o incentivo da cultura e do turismo da cidade;

Art. 92 – As Comissões Permanentes, às quais tenha sido distribuída determinada matéria, reunir-se-ão conjuntamente para proferir parecer único no caso de proposição colocada em regime de urgência especial de tramitação (ver Art. 162) e

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

sempre quando o decidam os respectivos membros, por maioria nas hipóteses do Art. 78 e do Art. 81 § 3.º, I.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final presidirá as Comissões reunidas, substituindo-o, quando necessário, o Presidente de outra Comissão por ele indicado.

Art. 93 – Quando se tratar de veto, somente se pronunciará a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no parágrafo único do Art. 92.

Art. 94 – A Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuídos a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e o processo referente às contas do Município, este acompanhado do parecer prévio correspondente, sendo-lhe vedado solicitar a audiência de outra Comissão.

Parágrafo Único - No caso deste artigo, aplicar-se-á disposto no §1º, do artigo 80, caso a Comissão não se manifeste no prazo.

Art. 95 – Encerrada a apreciação conclusiva da matéria sujeita à deliberação do Plenário pela última Comissão a que tenha sido distribuída, a proposição e os respectivos pareceres serão remetidos à Mesa até a sessão subsequente, para serem incluídos na ordem do dia para a primeira e segunda votação, respectivamente.

CAPÍTULO IV

Da Ouvidoria

Art. 96 - A Ouvidoria é um serviço prestado pela Câmara Municipal e tem como objetivo a interlocução entre o Poder Legislativo e a sociedade, constituindo-se em um canal aberto de comunicação para o recebimento de sugestões, reclamações, denúncias, elogios, críticas, informações e esclarecimentos de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados, e na gestão dos recursos públicos.

§1º - São atribuições da Ouvidoria:

I - Receber, registrar, examinar e encaminhar aos setores administrativos competentes as sugestões, reclamações, denúncias, elogios, críticas, informações, esclarecimentos e avaliação dos serviços prestados pela Câmara Municipal;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

II - Diligenciar junto aos setores administrativos, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações;

III - Manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelos setores administrativos, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

IV - Elaborar e divulgar, semestralmente, relatórios dos serviços da Ouvidoria da Câmara Municipal junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

V - Realizar ou apoiar iniciativas de cursos, seminários, encontros, debates, pesquisas e treinamento que tratam sobre temas da Ouvidoria;

VI - Resguardar o sigilo das informações, mantendo atualizado arquivo de documentação relativa às reclamações, denúncias e representações recebidas;

VII - Atender o cidadão de forma adequada, observando os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia;

VIII - Garantir respostas conclusivas aos cidadãos.

IX - Promover a adoção de mediação e conciliação entre o cidadão e os setores administrativos.

X - Facilitar o amplo acesso dos interessados aos serviços da Ouvidoria, simplificando seus procedimentos e orientando os cidadãos sobre os meios de formalização das mensagens a serem encaminhadas à Ouvidoria;

XI - Auxiliar na adoção de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos.

XII - Fornecer informações e orientar os cidadãos quando as manifestações não forem de competência da Ouvidoria da Câmara Municipal.

§ 1º - O Ouvidor será escolhido pelo Presidente da Câmara Municipal, ou por quem ele designar, dentre os servidores públicos municipais, lotados na própria unidade.

§ 2º - O formulário de atendimento deve conter os dados pessoais (nome completo, RG e CPF), dados do contato (e-mail, telefone, endereço), tipo de manifestação (sugestões, reclamações, denúncias, elogios, críticas, informações) e o assunto;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 3º - Após contato a Ouvidoria da Câmara Municipal responderá em até 15 (quinze) dias úteis à contar do seu recebimento, as manifestações que lhes forem enviadas, sendo que esse prazo será de 30 (trinta) dias úteis, quando a demanda necessitar de encaminhamentos ou respostas de outros setores administrativos, admitindo-se prorrogação desse prazo, por igual período, quando a complexidade do caso assim exigir.

CAPÍTULO V

Do Almoxarifado

Art. 97 - Almoxarifado é a unidade armazenadora de material, ou seja, o local onde ocorre a guarda de material para consumo em geral, em função da natureza e do volume do estoque existente, independentemente da formalização institucional do setor de guarda de material na respectiva estrutura do órgão.

§ 1º - Entende-se por materiais passíveis de registro contábil pelo almoxarifado toda entrada de material para consumo ou para transferência.

Art. 98 - Todo produto, mercadoria, material, equipamento ou objeto permanente adquirido deverá possuir registro de entrada e de saída no almoxarifado da Câmara Municipal.

§ 1º - O registro de entrada e saída do almoxarifado deverá ser efetuado mediante sistema informatizado da Câmara Municipal ou em registro físico, em caso de inexistência de sistema eletrônico.

§ 2º - A entrada de dados no sistema informatizado será efetuada em ordem cronológica das entradas e saídas de material.

Art. 99 - Todo produto, mercadoria, material, equipamento ou objeto permanente adquirido será entregue ao almoxarifado na ordem de compra ou ordem de serviço.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 100 - O responsável pelo almoxarifado, ao receber o produto, mercadoria, equipamento ou material permanente, deverá realizar duas conferências:

I - Verificação de conformidade da nota fiscal com a ordem de compra;

II - Verificação de conformidade da ordem de compra (empenho) com aquilo que foi entregue.

Parágrafo Único - Se houver incongruência entre as verificações citadas neste artigo, o encarregado pelo almoxarifado deverá comunicar ao Controle Interno da Câmara Municipal para devidas anotações e providências.

Art. 101 - Encontrando-se regular a entrega, o responsável pelo almoxarifado procederá ao registro no sistema informatizado ou em meio físico, a entrada do produto, mercadoria, material, equipamento ou objeto permanente, pelo custo de aquisição em conformidade com a nota fiscal.

Art. 102 - A nota fiscal constitui documento de entrada de material, com obrigatoriedade de atestação em todas as vias por pelo menos 02 (dois) servidores devidamente identificados por nome, cargo e matrícula, devendo 01 (uma) via deste documento ser arquivada em ordem cronológica na unidade administrativa.

Art. 103 - O controle das datas de validade dos produtos perecíveis será realizado pelo responsável do almoxarifado.

Art. 104 - O responsável pelo almoxarifado fará, no final de cada ano, a prestação de suas atividades à Controladoria Interna da Câmara Municipal.

§ 1º - A documentação que deverá compor os processos de prestação de contas será definida por ato específico da Controladoria Interna;





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraiba do Sul

§ 2º - Formalizado o processo de Tomadas de Contas, a Controladoria Interna da Câmara Municipal emitirá Certificado de Auditoria.

Art. 105 - O cargo em comissão de Supervisor de Almoxarifado possui as seguintes atribuições:

I - Recebimento e conferência de materiais, como a verificação da quantidade e a integridade dos materiais recebidos, assegurando que estejam de acordo com as especificações e documentos de entrega;

II - Armazenamento e organização, como a realização da disposição adequada dos itens no almoxarifado, garantindo que sejam de fácil acesso e identificação;

III - Controle de estoque, registrando a entrada e saída de todos os materiais, mantendo o estoque atualizado e evitando desabastecimento;

IV - Separação e distribuição, como a preparação dos materiais solicitados por outros setores, assegurando a entrega no prazo estabelecido;

V - Inventário, fazendo as contagens periódicas para verificar a exatidão do estoque e identificar possíveis divergências;

Parágrafo Único - O cargo de Supervisor de Almoxarifado está inserido no Símbolo DAS-2 nas Tabelas de Cargos de Provimento em Comissão da Câmara Municipal.

TÍTULO III

Dos Vereadores

CAPÍTULO I





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Do Exercício da Vereança

Art. 106 – Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 04 (quatro) anos, eleitos, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 107 – É assegurado ao Vereador:

I – Participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse pessoal direto na matéria, o que comunicará ao Presidente;

II – Votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III – Apresentar proposições e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;

IV – Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

V – Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

VI – exercer a vereança, na plenitude de suas atribuições e prerrogativas;

VII – participar de comissões;

VIII – exercer a fiscalização do poder público municipal;

IX – ser remunerado pelo exercício da vereança;

X – desincumbir-se de missão de representação, de interesse da Câmara, para a qual tenha sido designado ou, mediante autorização desta, para participar de eventos relacionados com o exercício da vereança, incluídos congressos, seminários e cursos intensivos de administração pública, direito municipal, organização comunitária e assuntos ligados à ciência política.

Art. 108 – São deveres do Vereador, entre outros:

I – Quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição ou na Lei orgânica do Município;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

II – Observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III – Desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;

IV – Exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não atendendo escusar-se ao seu desempenho, salvo o disposto nos Arts. 31 e 63;

V – Comparecer às sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações, salvo quando se encontre impedido;

VI – Manter o decoro parlamentar;

VII – Não residir fora do Município;

VIII – Conhecer e observar o Regimento Interno.

Art. 109 – Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I – Advertência em Plenário;

II – Cassação da palavra;

III – Determinação para retirar-se do Plenário;

IV – Suspensão da sessão, para entendimentos na Sala da dos Vereadores;

V - Solicitação à Comissão de Ética e Decoro de abertura de análise disciplinar.

Parágrafo Único - Entende-se por excesso as falas desrespeitosas com os pares, atos de desobediência à Mesa, utilização de palavras de baixo calão, propagação de *Fake News*, entre outros comportamentos incompatíveis com a ética e a moral.

CAPÍTULO II

Da Interrupção e da Suspensão

Do Exercício da Vereança e das Vagas

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 110 – O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidência e sujeito à deliberação do Plenário, nos seguintes casos:

I – Por doença ou enfermidade devidamente comprovada;

II – Para tratar de interesses particulares, por prazo nunca superior a 120 (cento e vinte) dias;

III - por 180 (cento e oitenta) dias, no caso de Vereadora gestante ou adotante, a contar a partir do primeiro dia útil após o nascimento do bebê ou da adoção;

IV - por 20 (vinte) dias, no caso de nascimento ou adoção de filho, a contar a partir do primeiro dia útil após o nascimento do bebê ou da adoção.

§ 1º - A apreciação dos pedidos de licença se dará no expediente das sessões, sem discussão, e terá preferência sobre qualquer outra matéria, só podendo ser rejeitado pelo “quórum” de 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes, na hipótese do Inciso II.

§ 2º - Nas hipóteses dos Incisos I, III e IV, a decisão do Plenário será meramente homologatória.

§ 3º - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da Vereança, a qual será de ônus do órgão cessionário.

§ 4º - O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como de licença, fazendo o Vereador jus à remuneração estabelecida.

§ 5º - As licenças previstas neste artigo serão remuneradas.

§ 6º - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso, sem recebimento de subsídio.

Art. 111 – As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda de mandato do Vereador.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 1º - A extinção se verifica por morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

§ 2º - A perda dar-se-á por deliberação do Plenário, na forma e nos casos previstos na legislação vigente.

Art. 112 – A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo pelo presidente, que a fará constar da ata; a perda do mandato se torna eletiva à partir do decreto legislativo, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

Art. 113 – A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga à partir da sua protocolização.

Art. 114 – Em qualquer caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo previsto para o Vereador, à partir do conhecimento da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o “quórum” em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 115 - Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às reuniões do Plenário ou às reuniões ordinárias e extraordinárias das Comissões Permanentes, salvo motivo justificado.

§ 1º - Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos a doença, nojo ou gala, licença-gestante ou paternidade, desempenho de missão oficial da Câmara e outros a critério da Mesa.

§ 2º - A justificação das faltas será feita por requerimento fundamentado ao Presidente da Câmara, que o julgará na forma deste Regimento Interno, de cuja decisão caberá recurso para o Plenário.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 3º - O Vereador que não comparecer às sessões, tanto ordinárias como extraordinárias, injustificativamente, sofrerá desconto proporcional sobre os seus subsídios por sessão faltosa.

CAPÍTULO III

Da Liderança Parlamentar

Art. 116 – São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem em Plenário, pontos de vistas sobre assuntos em debate.

Art. 117 – No início de cada sessão legislativa, os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.

Parágrafo Único - Na falta de indicação, considerar-se-ão líder e vice-líder, respectivamente, o primeiro e o segundo vereador mais votado de cada partido ou federação.

Art. 118 – As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as restrições constantes deste Regimento.

Art. 119 – As lideranças partidárias poderão ser exercidas por integrantes da Mesa.

Parágrafo Único. A função de líder de governo deverá acontecer mediante ofício encaminhado pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO IV

Das Incompatibilidades e dos Impedimentos

Art. 120 – As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição e na Lei Orgânica do Município.

Art. 121– São impedimentos do Vereador àqueles indicados neste Regimento Interno.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

CAPÍTULO V

Da Remuneração dos Agentes Políticos

Art. 122 – As remunerações do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão fixados pela Câmara Municipal a qualquer tempo respeitando o limite de até 6 (seis) meses antes do término da legislatura observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, determinando-se o valor em moeda corrente no País, vedada qualquer vinculação, devendo ser atualizadas pelo índice de inflação, com a periodicidade estabelecida no decreto legislativo e nas resoluções fixadoras.

Art. 123 – A remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa e em parte variável, vedados acréscimos a qualquer título.

§ 1º - No recesso, a remuneração dos Vereadores será integral.

Art. 124 – O subsídio do Vereador não poderá ser maior que trinta por cento daquele estabelecido, em espécie, aos Deputados Estaduais, conforme inciso VI do art. 29 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município, segundo inciso VII, do artigo 29 da Constituição Federal.

Art. 125 – A não fixação das remunerações do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Vereadores até a data prevista na Lei Orgânica Municipal implicará a suspensão do reajuste do pagamento da remuneração dos Vereadores pelo restante do mandato.

Parágrafo Único – O valor será atualizado monetariamente pelo índice oficial, mediante projeto de lei, em consonância com a Lei Orgânica do Município.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 126 – Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara para fora do Município é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação, exigida, sempre que possível, a sua comprovação, na forma da lei e mediante autorização prévia da Presidência após verificação das despesas e dotações orçamentárias próprias.

TÍTULO IV

Das Proposições e da sua Tramitação

CAPÍTULO I

Das Modalidades de Proposições e de sua Forma

Art. 127 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 128 – São modalidades de proposições:

- I** – Os projetos de lei;
- II** – Os projetos de decreto legislativo;
- III** – Os projetos de resolução;
- IV** – Os projetos substitutivos;
- V** – As emendas e subemendas;
- VI** – Os pareceres das Comissões Permanentes;
- VII** – Os relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
- VIII** – As indicações;
- IX** – Os requerimentos;





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

X – Os recursos;

XI – As representações;

XII – As moções.

Art. 129 – As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 130 – Exceção feita as emendas e às subemendas, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art. 131 – As proposições consistentes em projeto de lei, decreto legislativo, resolução ou projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificação por escrito.

Art. 132 – Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

CAPÍTULO II

Das Proposições em Espécie

Art. 133 – Os decretos legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, com as arroladas no Art. 49, V.

Art. 134 – As resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo, relativas a assuntos de economia interna da Câmara, como as arroladas no Art. 49, VI.

Art. 135 – A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo, conforme determinação legal.

Art. 136 – Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Parágrafo Único – Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 137 – Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

§ 1º - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 2º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 3º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

§ 4º - Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra.

§ 5º - Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§ 6º - A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

Art. 138 – Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

§ 1º - O parecer será individual e verbal somente na hipótese do § 2.º do Art. 80.

§ 2º - O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitaram a manifestação da Comissão, sendo obrigatório esse acompanhamento nos casos dos Arts. 76 e 238.

Art. 139 – Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito e por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único – Quando as conclusões das Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução.

Art. 140 – Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos Poderes competentes, sendo sua votação em plenário uma simbologia.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 141 – Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre questionamentos de assuntos à Administração Direta, Indireta, concessionárias, para auxiliar o papel de fiscalização do Vereador, devendo respeitar o fornecimento de informações de acordo com o prazo disposto na Lei Orgânica do Município.

§ 1º - Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

I – A palavra ou a desistência dela;

II – A permissão para falar sentado;

III – A leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV – A observância de disposição regimental;

V – A retirada pelo autor, de requerimento ou proposição ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VI – A requisição de documento, processo, livro ou publicação existentes na Câmara sobre proposição em discussão;

VII – A justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII – A retificação de ata;

IX – A verificação de “quórum”.

X - Pedido de vistas.

§ 1º - Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I – Prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação (ver Art. 167 e parágrafos);

II – Dispensa de leitura da matéria constante de ordem do dia;

III – Destaque de matéria para votação;

IV – Votação a descoberto;

V – Encerramento de discussão;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

VI – Manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate;

VII – Votos de louvor, congratulações, pesar ou repúdio.

§ 2º - Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

I – Renúncia de cargo na Mesa ou Comissão;

II – Licença de Vereador;

III – Audiência de Comissão Permanente;

IV – Juntada de documentos ao processo ou seu desentranhamento;

V – Inserção de documentos em ata;

VI – Preferência para discussão de matéria ou dispensa de interstício regimental por discussão em única votação;

VII – Inclusão de proposição em regime de urgência;

VIII – Retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário;

IX – Anexação de proposições com objeto idêntico;

X – Constituição de Comissões Especiais;

XI – Convocação de Secretário Municipal ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar esclarecimentos em Plenário.

Art. 142 – Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra, ato do Presidente, nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art. 143 – Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, visando a destituição de membro de Comissão Permanente, ou a destituição de membro da Mesa, respectivamente, nos casos previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo Único – Para efeitos regimentais, equipara-se à representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob a acusação de prática de ilícito-administrativo.

CAPÍTULO III

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Da Apresentação e da Retirada de Proposições

Art. 144 – Exceto nos casos dos Incisos V, VI e VII do Art. 128 e nos de projetos substitutivos oriundos das Comissões, todas as demais proposições serão apresentadas no Protocolo da Câmara, que as carimbará com designação da data e as numerará, fichando-as, em seguida, e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 145 – Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como, os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 146 – As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão em cuja ordem do dia se ache incluída a proposição a que se referem, para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates ou se tratar de projeto em regime de urgência; ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º - As emendas à proposta orçamentária, à lei de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias à partir da inserção da matéria no expediente.

§ 2º - As emendas aos projetos de codificação serão apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, à partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 147 – As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruem e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantas forem os acusados.

Art. 148 – O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

I – Que vise delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo;

II – Que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;

III – Que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do Legislativo;

IV – Que seja formalmente inadequada, por não observados os requisitos dos Arts. 129, 130, 131 e 132;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

V – Quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, não observar restrição constitucional ao poder de emendar, ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

VI – Quando a indicação versar sobre matéria que, em conformidade com este regimento, deva ser objeto de requerimento;

VII – Quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou apurar fatos irrelevantes ou impertinentes.

Parágrafo Único – Exceto nas hipóteses dos Incisos II e V, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário, no prazo de 10 (dez) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 149 – O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá recurso ao Plenário pelo autor do projeto ou da emenda, conforme o caso.

Parágrafo Único – Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art. 150 – As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário ou com a anuência deste, em caso contrário.

§ 1º - Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

§ 2º - Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art. 151 – No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitas à deliberação em prazo certo.

Parágrafo Único – O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e a retransmissão, assegurando a sua permanência como autor mesmo em caso de não reeleição.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 152 – Os requerimentos a que se refere o § 1.º do Art. 141 serão indeferidos quando impertinentes ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão.

CAPÍTULO IV

Da Tramitação das Proposições

Art. 153 – Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará sua tramitação no prazo máximo de 03 (três) dias, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 154 – Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o expediente, será encaminhada pelo Presidente às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

§ 1º - No caso do § 1.º do Art. 146, o encaminhamento só se fará após escoado o prazo para emendas ali previsto.

§ 2º - No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autoria.

§ 3º - Os projetos originários elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência, dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor e a audiência não for obrigatória, retornando-lhes, então, o processo.

Art. 155 – As emendas a que se referem os §§ 1.º e 2.º do Art. 146 serão apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária: as demais somente serão objeto de manifestação das Comissões quando aprovadas pelo Plenário, retornando-lhes, então, o processo.

Art. 156 - Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será incontinentemente encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá proceder na forma do art. 93.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 157 – Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na ordem do dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 158 – As indicações e requerimentos de informações, após lidos no expediente, serão encaminhados, independentemente de deliberação do Plenário, por meio de ofício, a quem de direito, através da chefia de gabinete da Presidência da Câmara.

Art. 159 – Os requerimentos a que se referem os §§ 2.º e 3.º do Art. 141 serão apresentados mediante protocolo na Secretaria da Câmara Municipal, assegurando o limite máximo de 3 (três) proposições a cada parlamentar por sessão ordinária.

Parágrafo Único - Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o § 3.º do Art. 141, com exceção daqueles dos Incisos III, IV, V, VI e VII e, se o fizer, ficará remetida ao expediente e à ordem do dia da sessão seguinte.

Art. 160 – Durante os debates, na ordem do dia, poderão ser apresentados requerimentos verbais que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

Art. 161 – Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitirá parecer acompanhado de projeto de resolução.

Art. 162 – A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito da Mesa ou de Comissão quando autora de proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta da maioria absoluta dos membros da Edilidade.

§ 1º - O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exigir apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º - Concedida a urgência especial para projeto ainda sem parecer, será feita a interrupção da sessão, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o projeto será colocado na ordem do dia da própria sessão.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 3º - Caso não seja possível obter-se de imediato o parecer conjunto das Comissões competentes, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Art. 163 – O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo Único – Serão incluídos no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I – A proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, à partir do escoamento de metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II – Os projetos de lei do Executivo sujeitos à apreciação em prazo certo, à partir das 03 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III – O veto, quando escoadas 2/3 (duas terças) partes do prazo para sua apreciação.

Art. 164 – As proposições em regime de urgência especial ou simples, e aquelas com pareceres, ou para as quais não sejam estes exigíveis, ou tenham sido dispensados, prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título V.

Art. 165 – Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão, ouvida a Mesa.

TÍTULO V

Das Sessões da Câmara

CAPÍTULO I

Das Sessões em Geral

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ
CNPJ: 27.963.040/0001-95
Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 166 – As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso do público em geral.

§ 1º - Para assegurar-se a publicidade às sessões da Câmara, publicar-se-á o resumo da pauta, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes das sessões, através da imprensa, sítio eletrônico, rede social do órgão, ou afixação em versão impressa em local de fácil acesso ao cidadão na recepção do Palácio Tiradentes.

§ 2º - Entende-se sobre resumo de pauta as discussões da ordem do dia que versem a respeito de projetos de lei, projetos de decretos legislativos, balancetes, LDO, LOA e PPA, bem como pautas que a Mesa Diretora achar oportunas.

§ 3º - Qualquer cidadão poderá assistir as sessões da Câmara na parte do recinto reservada ao público, desde que:

I – Apresente-se convenientemente trajado;

II – Não porte arma;

III – Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV – Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

V – Atenda às determinações do Presidente.

§ 4º - O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 167 – As sessões ordinárias serão realizadas às terças e quintas-feiras com início às 19 (dezenove) horas e previsão de término às 22 (vinte e duas) horas.

§ 1º - A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 (quinze) minutos, à conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 2º - O tempo de prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 (dez) minutos antes do encerramento da ordem do dia.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 3º - Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, obedecido, no que couber, o disposto no parágrafo anterior, devendo o novo requerimento ser oferecido até 05 (cinco) minutos antes do término daquela.

§ 4º - Havendo 02 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação, será votado o que visar menor prazo, prejudicados os demais.

Art. 168 – As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingos e feriados ou após as sessões ordinárias.

§ 1º - Somente se realizarão sessões extraordinárias quando se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes, e a sua convocação dar-se á na forma estabelecida no § 1.º do Art. 172 deste Regimento.

§ 2º - A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no Art. 167 e parágrafos, no que couber.

Art. 169 – As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, não havendo prefixação de sua duração.

Parágrafo Único – As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

Art. 170 – A Câmara poderá realizar sessões secretas apenas mediante deliberação tomada pela maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos cuja matéria comprometa a ordem social, como segurança pública, epidemias, pandemias e outros.

§ 1º – Deliberada a realização de sessão secreta, ainda que para realizá-la deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências dos assistentes, dos servidores da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio, televisão e transmissão virtual.

§ 2º Poderá o Presidente da Câmara permitir a presença de autoridades devidamente identificadas cuja temática lhe sejam pertinentes

Art. 171 – As sessões da Câmara serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se inexistentes as que se realizarem noutro local, salvo motivo de força maior devidamente reconhecido pelo Plenário e quando se tratar da Câmara Itinerante, segundo art. 10 deste Regimento.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 1º - Considerar-se-á como falta a ausência de Vereador à sessão que se realize fora da sede da Edilidade.

§ 2º - As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão ocorrer presencialmente ou de forma remota.

§ 3º - As reuniões ordinárias e extraordinárias remotas somente serão instituídas em situações excepcionais e justificadas mediante resolução de mesa.

§ 4º - As reuniões ordinárias e extraordinárias remotas serão aceitas pela Mesa Diretora respeitando obrigatoriamente:

I - horários e dias de realização das sessões;

II - justificativa plausível para a participação da reunião na modalidade remota;

III - em aplicativos de comunicação aceitos pela Mesa Diretora, desde que assegurem a participação audiovisual do vereador em plenário.

§ 5º - As reuniões realizadas de forma remota considerar-se-ão efetuadas na sede da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 6º - A resolução da mesa, que disciplinará as reuniões ordinárias ou extraordinárias remotas, poderá trazer disposições acerca de ritos simplificados e prazos diferenciados.

Art. 172 – A Câmara observará o recesso legislativo determinado na Lei Orgânica do Município.

§ 1º - Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara poderá reunir-se em sessão legislativa extraordinária quando regularmente convocada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, para apreciar matéria de interesse público relevante e urgente.

§ 2º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 173 – A Câmara somente se reunirá quando tenha comparecido à sessão, pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores presentes.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 174 – Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§ 1º - A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir à sessão, as autoridades públicas federais, estaduais, distritais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º - Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão poderão usar da palavra para agradecer à saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

Art. 175 – De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º - As proposições e os documentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com a menção do objeto a que se referem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º - A ata de sessão secreta será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 3º - A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO II

Das Sessões Ordinárias

Art. 176 – As sessões ordinárias compõem-se de duas partes: o expediente e a ordem do dia.

Parágrafo Único - É discricionário ao Presidente realizar a leitura do expediente junto à ordem do dia.

Art. 177 – À hora do início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Parágrafo Único – Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 (quinze) minutos que aquele se complete e caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário efetivo ou “ad hoc”, com registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização da sessão.

Art. 178 – Havendo número legal, a sessão se iniciará com o expediente, o qual terá a duração máxima de 60 (sessenta) minutos, destinando-se à discussão da ata da sessão anterior e à leitura dos documentos de quaisquer origens.

§ 1º - Nas sessões em que esteja incluído na ordem do dia o debate da proposta orçamentária, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, o expediente será de 30 (trinta) minutos.

§ 2º - No expediente serão objeto de deliberação pareceres sobre matérias não constantes da ordem do dia, requerimentos comuns e relatórios de Comissões Especiais, além da ata da sessão anterior.

§ 3º - Quando não houver número legal para deliberação no expediente as matérias a que se refere o § 2.º, automaticamente, ficarão transferidas para o expediente da sessão seguinte.

§ 4º - Excetuadas as solenes, as sessões da Câmara terão a duração máxima de 03 (três) horas com interrupção de 15 (quinze) minutos entre o expediente e a ordem do dia, quando necessário.

Art. 179 – A ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores, para verificação horas antes da sessão seguinte; ao iniciar-se esta, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

§ 1º - Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em parte, mediante aprovação do requerimento verbal pela maioria dos Vereadores presentes, para efeito de mera retificação.

§ 2º - Se o pedido de retificação não for contestado pelo Secretário, a ata será considerada aprovada, com a retificação; caso contrário, o Plenário deliberará a respeito.

§ 3º - Levantada a impugnação sobre os termos da ata, o Plenário deliberará a respeito; aceita a impugnação será lavrada nova ata.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 4º - Aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelo Plenário.

§ 5º - Não poderá impugnar a ata Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§ 6º - A transcrição da totalidade das falas das sessões poderá ser solicitada por qualquer vereador no encerrar da plenária mediante questão de ordem.

§ 7º - Poderá o vereador, a qualquer momento das sessões, apresentar questão de ordem, solicitando a transcrição em ata da fala específica de qualquer parlamentar.

Art. 180 – Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo à seguinte ordem:

I – Expediente oriundo do Prefeito;

II – Expediente oriundo de diversos;

III – Expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art. 181 – Na leitura das matérias pelo Secretário, obedecer-se-á a seguinte ordem:

I – Projetos de lei;

II – Projetos de decreto legislativo;

III – Projetos de resolução;

IV – Requerimentos;

V – Indicações;

VI – Pareceres de comissões;

VII – Recursos;

VIII – Outras Matérias.

Parágrafo Único – Dos documentos apresentados no expediente, serão oferecidas cópias aos Vereadores quando solicitadas pelos mesmos à Secretaria da Casa, exceção feita ao projeto de lei orçamentária, às diretrizes orçamentárias, ao

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

plano plurianual e ao projeto de codificação, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

Art. 182 – Finda a hora do expediente, por se ter esgotado o tempo ou por falta de oradores, e decorrido o intervalo regimental, passar-se-á à matéria constante da ordem do dia.

§ 1º - Para a ordem do dia, far-se-á verificação de presença e a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º - Não se verificando o “quórum” regimental, o Presidente aguardará por 15 (quinze) minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

§ 3º - O Presidente da Casa poderá determinar a leitura do expediente juntamente com a ordem do dia.

Art. 183 – Nas sessões em que devam ser apreciados a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA) nenhuma outra matéria figurará na ordem do dia.

Art. 184 – A organização da pauta da ordem do dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

- I** – Matérias em regime de urgência especial;
- II** – Matérias em regime de urgência simples;
- III** – Vetos;
- IV** – Matérias em discussão única;
- V** – Matérias em segunda discussão;
- VI** – Matérias em primeira discussão;
- VII** – Recursos;
- VIII** – Demais proposições.

Parágrafo Único – As matérias, pela ordem de preferência figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas de mesma classificação.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 185 – O Primeiro Secretário procederá à leitura do que se houver de discutir e votar, a qual poderá ser dispensado o requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

Art. 186 – Esgotada a ordem do dia, anunciará o Presidente, sempre que possível, a palavra livre aos Vereadores que solicitarem-na, observado o prazo máximo de 5 (cinco) minutos, exceto caso haja necessidade de direito de resposta.

Art. 187 – Não havendo mais oradores para o uso da palavra livre, ou se quando ainda os houver, achar-se, porém, esgotado o tempo regimental, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO III

Das Sessões Extraordinárias

Art. 188 – As sessões extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica do Município mediante comunicação escrita aos Vereadores, com a antecedência de 02 (dois) dias e afixação da convocação no Diário Oficial do Município ou no site oficial da Câmara Municipal, inclusive nas redes sociais.

Parágrafo Único – Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos ausentes à mesma.

Art. 189 – A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de ordem do dia, que se limitará à matéria objeto de convocação, observando-se quanto à aprovação da ata da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no Art. 178 e seus parágrafos.

Parágrafo Único – Aplicar-se-ão, às sessões extraordinárias, no que couberem, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO IV

Das Sessões Solenes

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ
CNPJ: 27.963.040/0001-95
Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 190 – As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, por escrito, indicando a finalidade da reunião.

§ 1º - Nas sessões solenes não haverá expediente nem ordem do dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.

§ 2º - Não haverá tempo predeterminado para o encerramento de sessão solene.

§ 3º - Nas sessões solenes, somente poderão usar da palavra, além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado, o Vereador que propôs a sessão como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

TÍTULO VI

Das Discussões e das Deliberações

CAPÍTULO I

Das Discussões

Art. 191 – Discussão é o debate pelo Plenário de proposição figurante na ordem do dia, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

Parágrafo Único - O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I – De qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II – Da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III – De emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

IV – De requerimento repetitivo.

Art. 192 – A discussão da matéria constante da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 193 – Terão uma única discussão as seguintes matérias:

I – As que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II – As que se encontrem em regime de urgência especial;

III – Os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

IV - O Veto;

V – Os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VI – Os requerimentos;

VII - As indicações legislativas.

Art. 194 – Terão 02 (duas) discussões todas as matérias não incluídas no Art. 193.

Art. 195 – Na primeira discussão, o Projeto de Lei será apresentado amplamente e, conseqüentemente, debatido. Na segunda votação, o vereador poderá defender possíveis pontos divergentes para posterior discussão, desde que trate-se de assunto não pacificado na primeira discussão, em que novos fatos e novos argumentos sejam devidamente observados na conclusão da matéria, ou ainda que tal discussão não tenha ocorrida na primeira votação.

§ 1º - A discussão da segunda votação deverá ser verificada pelo Presidente da Câmara mediante a análise das novas argumentações trazidas pelo vereador.

§ 2º - Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 3º - Quando se tratar de proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias e plano plurianual, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto, em primeira discussão.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 196 – Na discussão única e na primeira discussão serão recebidos emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão, somente se admitirão emendas e subemendas.

Art. 197 – Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes a que esteja afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-los ou aprova-los com dispensa de parecer.

Art. 198 – Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão em que tenha ocorrido a primeira discussão.

Art. 199 – Sempre que a pauta dos trabalhos inclui mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação do protocolo.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual preferirá a esta.

Art. 200 – O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1º - O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º - Apresentados 02 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º - Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regimes de urgência especial ou simples.

§ 4º - O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerimentos e pelo prazo de 07 (sete) dias no máximo para cada um deles.

Art. 201 – O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo Único – Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 02 (dois) Vereadores favoráveis à proposição e 02 (dois) contrários, entre os quais o autor do requerimento salvo desistência expressa.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

CAPÍTULO II

Da Disciplina dos Debates

Art. 202 – Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo-se ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I – Falar de pé, exceto se tratar do Presidente, e quando impossibilitado de fazê-lo requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II – Dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III – Não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;

IV – Referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência.

Art. 203 – O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

I – Usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado para solicitar;

II – Desviar-se da matéria em debate;

III – Falar sobre matéria vencida;

IV – Usar de linguagem imprópria;

V – Ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI – Deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 204 – O Vereador somente usará da palavra:

I – No expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata ou quando se achar regularmente inscrito;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

II – Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III – Para apartear, na forma regimental;

IV – Para explicação pessoal;

V – Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI – Para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII – Quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 204 – O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I – Para leitura de requerimento de urgência;

II – Para comunicação importante à Câmara;

III – Para recepção de visitantes;

IV – Para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V – Para atender a pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.

Art. 205 – Quando mais de 1 (um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I – Ao autor da proposição em debate;

II – Ao relator do parecer em apreciação;

III – Ao autor da emenda;

IV – Alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art. 206 – Para o aparte ou interrupção do orador por outro para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I – O aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 03 (três) minutos;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

II – Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;

III – Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV – O aparteante permanecerá de pé quando aparteia e enquanto ouve a resposta do aparteado.

Art. 207 – Os oradores terão os seguintes prazos para uso da palavra:

I – 03 (três) minutos para apresentar requerimento de retificação ou impugnação de ata, falar pela ordem, apartear e justificar requerimento de urgência especial;

II – 05 (cinco) minutos para falar no expediente, encaminhar votação, justificar voto ou emenda e proferir explicação pessoal;

III – 10 (dez) minutos para discutir requerimento, indicação, redação final, artigo isolado de proposição e veto;

IV – 15 (quinze) minutos, para discutir projeto de decreto legislativo ou de resolução, processo de cassação do Vereador e parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade do projeto, discutir projeto de lei, proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, prestação de contas e destituição de membros da Mesa.

Parágrafo Único – Será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III

Das Deliberações

Art. 208 – As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais em cada caso.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Parágrafo Único – Para efeito de “quórum” computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Art. 209 – A deliberação se realiza através da votação.

Parágrafo Único – Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação à partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art. 210 – O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo Único – Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante sessão secreta.

Art. 211 – Os processos de votação são 02 (dois): simbólico e nominal.

§ 1º - O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º - O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, quando se tratarem de votações nominais em que essa manifestação não será extensiva.

Art. 212 – O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Do resultado de votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

§ 2º - Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§ 3º - O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 213 – A votação será nominal nos seguintes casos:

I – Eleição da Mesa ou destituição de membro da Mesa;

II – Eleição ou destituição de membro de Comissão Permanente;

III – Julgamento das contas do Município;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

IV – Perda de mandato de Vereador;

Parágrafo Único – Na hipótese dos Incisos I, III e IV o processo de votação será o indicado no Art. 23, § 4.º.

Art. 214 – Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo Único – Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 215 – Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, por um dos seus integrantes, falar apenas uma vez para propor aos seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo Único – Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentária, das diretrizes orçamentárias, do plano plurianual, de julgamento das contas do município, de processo cassatório ou de requerimento.

Art. 216 – Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-as em destaque para rejeitá-las ou aprova-las preliminarmente.

Parágrafo Único – Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentária, das diretrizes orçamentárias, do plano plurianual, de veto, do julgamento das contas do Município e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 217 – Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo Único – Apresentadas 02 (duas) ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão.

Art. 218 – O parecer final contrário da Comissão de Justiça, Legislação e Redação ao projeto, poderá ser lido mediante solicitação do autor, que deverá ser posteriormente arquivado.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 219 – O Vereador poderá, ao votar fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Art. 220 – A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 221 – Enquanto o Presidente não haja proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 222 – Proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugnar o perante o Plenário, quando daquela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo Único – Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 223 – Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Secretaria da Câmara Municipal, para adequar o texto à correção vernacular.

Parágrafo Único – Caberá à Mesa a Redação Final dos projetos de decreto legislativo e de resolução.

Art. 224 – Aprovado pela Câmara um projeto de lei, este será enviado ao Prefeito, para sanção ou veto, uma vez expedidas as respectivas assinaturas.

Parágrafo Único – Os originais dos projetos de lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

CAPÍTULO IV

Da concessão de Palavra aos Cidadãos em Sessões e Comissões

Art. 225 – O cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão, dos projetos de lei, inclusive os de iniciativa popular, para opinar sobre eles, desde que se inscreva no protocolo da Câmara Municipal, antes de iniciada a sessão.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Parágrafo Único – Ao se inscrever na Secretaria da Câmara, o interessado deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

Art. 226 – Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderá fazer uso da palavra em cada sessão.

Art. 227 – Ressalvada a hipótese de expressa determinação do Plenário em contrário, nenhum cidadão poderá usar a Tribuna da Câmara, nos termos deste Regimento, por período maior do que 05 (cinco) minutos, sob pena de ter a palavra cassada.

Parágrafo Único – Será igualmente cassada a palavra ao cidadão que usar linguagem incompatível com a dignidade da Câmara.

Art. 228 – O Presidente da Câmara promoverá divulgação no site da Câmara do resumo da pauta da ordem do dia das sessões do Legislativo, que deverá ser publicada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início das sessões.

Parágrafo Único - No resumo deverão constar projetos de lei em primeira discussão, balancetes, PPA, LDO, LOA e decretos legislativos.

Art. 229 – Qualquer associação de classe, clube de serviço ou entidade comunitária do Município poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões do Legislativo, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo Único – O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

TÍTULO VII

Da Elaboração Legislativa Especial e dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I

Da Elaboração Legislativa Especial

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

SEÇÃO I

Do Orçamento

Art. 230 – Recebida do Prefeito a Lei Orçamentária Anual (LOA) dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publicá-la e distribuir cópia da mesma aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento nos 10 (dez) dias seguintes, para parecer.

Parágrafo Único – No decêndio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão publicadas na forma do Art. 146.

Art. 231 – A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, findos os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da ordem do dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 232 – Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se, no prazo regimental (ver Art. 208, V) sobre o projeto e as emendas, assegurando-se preferência ao relator, do parecer, da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas no uso da palavra.

Art. 233 – Se forem aprovadas as emendas dentro de 03 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorpora-las ao texto, para o que disporá do prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único – Devolvido o processo pela Comissão, ou advogado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído, em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 234 – Aplicam-se as normas desta seção à proposta do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

SEÇÃO II

Das Codificações

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraiba do Sul

Art. 235 – Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 236 – Os projetos de codificação, depois de apresentados ao Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, observando-se para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Nos 15 (quinze) dias subsequentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria, desde que haja recursos para atender à despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§ 3º - A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas.

§ 4º - Exarada o parecer ou, na falta deste, observado nos Arts. 79 e 80. no que couber, o processo se incluirá na pauta da ordem do dia mais próxima possível.

Art. 237 – Na primeira discussão observar-se-á o disposto no § 2.º do Art. 194.

§ 1º - Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 10 (dez) dias, para incorporação das emendas aprovadas.

§ 2º - Ao atingir este estágio o projeto terá a tramitação normal dos demais projetos.

CAPÍTULO II

Dos Procedimentos de Controle

SEÇÃO I





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Do Julgamento das Contas

Art. 238 – Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.

§ 1º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 2º - Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, mediante atendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

§ 3º - Publicado o parecer da Comissão, que deverá ser feito no prazo de 20 (vinte) dias, o processo será enviado à Mesa Diretora e incluído na Ordem do Dia para deliberação e votação em única discussão.

§ 4º - A Câmara Municipal tem o prazo de 90 (noventa) dias para apreciação e julgamento das contas, findo o qual o parecer enviado pelo Tribunal de Contas será incluído na Ordem do Dia, com ou sem parecer, sobrestando-se as demais proposições, convocando-se reuniões extraordinárias, tantas quantas forem necessárias para a conclusão da tramitação em questão.

Art. 239 – O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurado aos Vereadores debater a matéria.

Parágrafo Único – Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

Art. 240 – Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de decreto legislativo conterá os motivos de discordância.

Parágrafo Único – A Mesa Diretora da Câmara comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou órgão equivalente.

Art. 241 – Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a 30 (trinta) minutos e a ordem do dia será destinada





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

exclusivamente à matéria, devendo ser discutida respeitando o limite máximo de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos.

SEÇÃO II

Do Processo de Perda do Mandato

Art. 242 – A Câmara processará o Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação incidente, observadas as normas adjetivas, inclusive “quórum”, estabelecidas nessa mesma legislação.

Parágrafo Único – Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado ampla defesa.

Art. 243 - A perda ou extinção de mandato se dará em relação ao Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento Interno;

II – que se valer do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função;

III – que, em razão da vereança, perceber vantagem indevida de qualquer espécie;

IV – que proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública;

V – que abusar das prerrogativas que lhe são asseguradas;

VI – que deixar de comparecer em cada sessão legislativa, à terça parte das reuniões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

VII – que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

VIII – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

IX – que, em sentença transitada em julgado, for condenado à pena de reclusão;

X – que fixar residência fora do Município;

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraiba do Sul

XI – que não tomar posse, no prazo previsto neste Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município;

XII – por incapacidade civil absoluta, comprovada em processo de interdição, com sentença transitado em julgado.

§ 1º - A cassação de mandato, que somente caberá nos casos dos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo, será, sob pena de nulidade, precedida de processo a cargo da Comissão da Câmara, por esta determinado, pelo voto da maioria de seus membros, em face de denúncia escrita da Mesa Diretora, Vereador, Partido Político ou qualquer cidadão, na qual os fatos sejam objetivamente expostos e as provas indicadas.

§ 2º - Se o denunciante for Vereador, poderá votar sobre a denúncia ou no julgamento das conclusões do relatório, porém não poderá integrar a comissão processante.

§ 3º - Considerar-se-á definitivamente cassado o mandato do Vereador se a Câmara, pelo voto aberto da maioria absoluta de seus membros, o declarar incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia, prevista neste artigo e objeto, no processo, de parecer final conclusivo.

§ 4º - O processo pode ser precedido de sindicância, a critério da Câmara.

§ 5º - Nos casos dos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII o mandato será declarado extinto pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político na Câmara representado.

§ 6º - Em qualquer dos casos de cassação ou declaração de extinção de mandato, mencionados nos parágrafos anteriores, ao Vereador será assegurada ampla defesa, observados entre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade e o despacho ou decisão motivados.

§ 7º - Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, no caso de falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

Art. 244 – A renúncia de mandato dar-se-á mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara, trazendo firma reconhecida, e se tornará efetiva e irretratável depois de lida em sessão pública, independente de aprovação da Câmara.

Art. 245 – O julgamento far-se-á em sessão ou sessões extraordinárias para esse efeito convocadas.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 246 – Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á decreto legislativo de perda do mandato, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

SEÇÃO III

Da Convocação dos Secretários Municipais

Art. 247 – A Câmara poderá convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestarem informações sobre a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Art. 248 – A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo Único – O requerimento deverá indicar, explicitamente, o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Art. 249 – Aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando dia e hora para o comparecimento, e dando ao convocado ciência do motivo de sua convocação.

Parágrafo Único - O prazo para que as informações sejam prestadas e as implicações caso isto não seja feito, seguirá o previsto na Lei Orgânica do Município.

Art. 250 – Aberta a sessão, o Presidente da Câmara exporá ao Secretário Municipal, que se assentará à sua direita, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos oradores inscritos com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§ 1º - O Secretário Municipal poderá incumbir assessores, que o acompanhem na ocasião, de responder às indagações.

§ 2º - O Secretário Municipal, ou o assessor, não poderá ser apartado na sua exposição.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 251 – Quando nada houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a sessão, agradecendo ao Secretário Municipal, em nome da Câmara, o comparecimento.

Art. 252 – A Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo Único – O Prefeito deverá responder às informações, observado o prazo indicado na Lei Orgânica do Município, ou se esta for omissa, o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, por solicitação daquele.

Art. 253 – Sempre que o Prefeito se recusar a prestar informações à Câmara, quando devidamente solicitado, o auto da proposição deverá produzir denúncia para efeito de cassação do mandato do infrator.

SEÇÃO IV

Do Processo Destituidório

Art. 254 – Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§ 1º - Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretário, o Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º - Se houver defesa, quando esta for anexada aos autos, com os documentos que a acompanharem, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 3º - Se houver defesa, ou, se havendo, o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 03 (três) para cada lado.

§ 4º - Não poderá funcionar como relator qualquer membro da Mesa.

§ 5º - Na sessão, o relator que se assessorará de servidor da Câmara, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º - Se o Plenário decidir, por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

TÍTULO VIII

Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

CAPÍTULO I

Das Questões de Ordem e dos Precedentes

Art. 255 – As interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara, em assuntos controversos, desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art. 256 – Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

Art. 257 – Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e à aplicação do Regimento.

Parágrafo Único – As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de o Presidente as repelir sumariamente.

Art. 258 – Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para parecer.

§ 2º - O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudgado.

Art. 259 – Os precedentes a que se referem os Arts. 255, 257 e 258, § 2.º serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

CAPÍTULO II

Da Divulgação do Regimento e de sua Reforma

Art. 260 – A Câmara Municipal fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviado cópias à Biblioteca Municipal, às escolas, ao Prefeito, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembleia Legislativa, a cada um dos Vereadores, às instituições interessadas em assuntos municipais e deverá deixar uma cópia no seu sítio eletrônico para acesso de qualquer cidadão.

Art. 261 – O Regimento Interno deverá ser imediatamente atualizado, ao menos no sítio eletrônico oficial da Casa Legislativa, quando novas Resoluções ou Deliberações Regimentais forem aprovadas e publicadas.

Parágrafo Único - A cada 2 (dois) anos, caso tenha havido modificação neste tempo, deverá ser emitida e disponibilizada versão impressa do Regimento, conforme artigo 260.

Art. 262 – Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Edilidade mediante proposta:

I – De 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II – Da Mesa

III – De uma das Comissões da Câmara.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

TÍTULO IX

Da Gestão dos Serviços Internos da Câmara

Art. 263 – Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art. 264 – As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art. 265 – A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como, preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 266 – A Secretaria manterá os registros necessários aos serviços da Câmara.

§ 1º - São obrigações os seguintes livros:

I – Livro de atas das sessões;

II – Livro de atas das reuniões das Comissões Permanentes;

III – Livro de registro de leis;

IV – Decretos legislativos;

V – Resoluções;

VI – Livro de atos da Mesa e atos da Presidência;

VII – Livro de termos de posse dos servidores;

VIII – Livro de termos de contratos;

IX – Livro de precedentes regimentais.

§ 1º - Cópias impressas desses livros eletrônicos serão elaboradas e arquivadas nos arquivos oficiais da Câmara para fins de backup e consulta oficial.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 2º - A Secretaria será responsável por garantir a segurança e a preservação das cópias impressas nos arquivos oficiais.

Art. 267 – Os papéis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo, conforme ato da Presidência.

Parágrafo Único - Fica designado o timbre da Câmara Municipal de Paraíba do Sul/RJ este que se encontra no cabeçalho deste Regimento.

Art. 268 – As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias consignadas no orçamento do Município e dos créditos adicionais, serão ordenadas pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo único - Cada parlamentar terá direito ao recebimento de verba indenizatória durante o exercício do seu mandato, destinada exclusivamente ao ressarcimento das despesas relacionadas neste período, a qual deve ser regulamentada através de resolução específica.

Art. 269 – A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada em instituições financeiras oficiais, cabendo à Tesouraria movimentar os recursos que lhe forem liberados.

Art. 270 – A contabilidade da Câmara encaminhará as suas demonstrações até o final de cada mês, para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

TÍTULO X

Da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) no âmbito desta Câmara Municipal

Art. 271 – Este título estabelece normas e diretrizes para a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD no âmbito da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, assegurando a proteção dos dados pessoais tratados no exercício de suas atividades legislativas e administrativas.

Art. 272 – Aplica-se este título a todos os dados pessoais, físicos ou digitais, tratados pela Câmara Municipal, por seus vereadores, servidores, estagiários, colaboradores, prestadores de serviço e demais agentes públicos vinculados.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 273 – O tratamento de dados pessoais observará os seguintes princípios:

- I** – Finalidade;
- II** – Necessidade;
- III** – Transparência;
- IV** – Segurança;
- V** – Responsabilização.

Art. 274 – Fica instituída a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) da Câmara Municipal.

§ 1º O Encarregado será designado por Ato da Mesa Diretora.

§ 2º Compete ao Encarregado:

- I** – Atuar como canal de comunicação entre a Câmara, os titulares de dados e a ANPD;
- II** – Orientar os servidores e agentes públicos sobre práticas de proteção de dados;
- III** – Monitorar o cumprimento da LGPD e desta Resolução.

Art. 275 – A Câmara garantirá aos titulares o exercício dos direitos previstos na LGPD, incluindo:

- I** – Confirmação e acesso aos dados;
- II** – Correção de dados;
- III** – Eliminação de dados indevidos;
- IV** – Informação sobre o compartilhamento;
- V** – Revogação de consentimento, quando aplicável.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 276 – A Câmara adotará medidas administrativas, técnicas e físicas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas, alterações e divulgações indevidas.

Art. 277 – O tratamento de dados sensíveis será restrito ao necessário, com garantias adicionais de segurança e sigilo.

Art. 278 – É vedada a transmissão ou o compartilhamento de dados pessoais pelo Poder Legislativo, exceto nas seguintes hipóteses:

I – Na execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observando-se a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

II – Quando os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD);

III – Quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada, por meio de cláusula específica, em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, cuja celebração deverá ser comunicada pelo responsável ao Encarregado do Poder Legislativo para comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

IV – Quando a transferência objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

Parágrafo Único - Em quaisquer das hipóteses previstas neste artigo, a transferência de dados dependerá de autorização específica conferida pelo Poder Legislativo, e as entidades privadas envolvidas deverão garantir que não haverá comprometimento do nível de proteção dos dados.

Art. 279 – A Câmara promoverá ações de capacitação dos servidores sobre proteção de dados.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 280 – Os casos omissos ou complementares serão resolvidos pela Mesa Diretora, que poderá regulamentar por decreto legislativo, observada a LGPD e normas da ANPD.

TÍTULO XI

Da aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) no âmbito desta Câmara Municipal

Art. 281 – Este título regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, a aplicação da Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), garantindo ao cidadão o direito de acesso às informações públicas, em consonância com os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e moralidade.

Art. 282 – Aplica-se esta norma a todos os órgãos, setores, servidores, agentes públicos, estagiários, prestadores de serviço e demais colaboradores vinculados à Câmara Municipal.

Art. 283 – O acesso à informação será assegurado com base nos seguintes princípios:

- I** – Observância da publicidade como regra geral e do sigilo como exceção;
- II** – Clareza, precisão e linguagem acessível;
- III** – Disponibilização gratuita, salvo custos de reprodução;
- IV** – Utilização de meios legítimos, ágeis e não discriminatórios;
- V** – Responsabilização dos agentes públicos pela integridade das informações.

Art. 284 – A Câmara Municipal deverá assegurar a ampla divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independentemente de solicitações, por





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

meio de seu Portal da Transparência e outros meios acessíveis. Devem ser disponibilizadas, no mínimo:

- I** – Estrutura organizacional, competências, endereços e telefones;
- II** – Remuneração dos agentes públicos e despesas institucionais;
- III** – Licitações, contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos;
- IV** – Normas internas e atos oficiais;
- V** – Relatórios de atividades e indicadores de desempenho institucional.

Art. 285 – Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação, sem necessidade de apresentar justificativa.

§ 1º - O pedido poderá ser feito por meio físico ou eletrônico, devendo conter identificação do requerente e especificação da informação solicitada.

§ 2º - O prazo para resposta é de 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 10 (dez), mediante justificativa expressa.

§ 3º - Já estando a informação disponível ao público em meio eletrônico, poderá a autoridade competente indicar o local onde se encontra para que o requerente possa acessá-la, considerando-se atendida a solicitação.

§ 4º - Se o requerente não possui acesso à internet para consulta e desejar acesso poderá se utilizar do espaço público para consulta.

§ 5º - É vedada a cobrança de quaisquer valores para fornecer acesso à informação, exceto para custeio de despesas xerográficas para informação impressa, hipótese que, também não poderá ser executada se o requerente se declarar hipossuficiente economicamente.

Art. 286 – Será negado o acesso a informações classificadas como sigilosas nos termos da legislação vigente, bem como àquelas cujo acesso possa violar a segredo de governo, expor a segurança social ou do Poder Legislativo, a intimidade, vida privada, honra ou imagem das pessoas

§ 1º - O tratamento e eventual compartilhamento de dados pessoais observará integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

§ 2º - Se a informação não foi localizada ou não existir no âmbito do Poder Legislativo, deverá ser informado ao solicitante.

§ 3º - Se a informação solicitada não foi localizada no âmbito do Poder Legislativo e o solicitante não puder ter acesso a ela, caso a mesma venha a ser localizada em algum momento futuro deverá o solicitante ser comunicado se assim o requerente desejar.

Art. 287 – Em caso de indeferimento do pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da negativa.

§ 1º - O recurso deverá ser apresentado por escrito, com a devida fundamentação, e protocolado por meio físico ou eletrônico.

§ 2º - Caberá ao Presidente da Câmara Municipal decidir sobre o recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser ouvidos os órgãos técnicos da Casa.

§ 3º - A decisão do Presidente será definitiva no âmbito da Câmara Municipal.

Art. 288 – Fica instituído o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), vinculado à Ouvidoria Legislativa ou outro setor designado pela Mesa Diretora.

§ 1º - Compete ao SIC:

- I** – Receber, registrar e encaminhar pedidos de acesso à informação;
- II** – Prestar orientações ao público sobre o direito de acesso à informação;
- III** – Divulgar informações de interesse coletivo;
- IV** – Manter sistema de controle dos pedidos e respostas.

§ 2º - Sempre que possível o SIC deverá funcionar também de forma eletrônica a fim de facilitar o acesso à informação.

§ 3º - O SIC destina-se ao acesso à informação na forma da Lei nº 12.527/2011, mantendo-se a necessidade de protocolização de demanda no protocolo geral para serviços de outras naturezas.

§ 4º - Na hipótese de utilização do SIC para fins diversos do previsto em Lei e regulamentado nesta resolução, poderá o pedido ser indeferido de plano e informado que deve ser feito pela via adequada.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 289 – A Câmara promoverá ações de capacitação dos servidores sobre transparência ativa e acesso à informação.

Art. 290 – Os casos omissos ou complementares serão resolvidos pela Mesa Diretora, que poderá regulamentar por decreto legislativo.

Art. 291 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga todas as disposições em contrário.

TÍTULO XII

Das Medalhas

Art. 292 - A Câmara Municipal deverá condecorar a sociedade civil em Sessões Solenes para entrega de Medalhas personalizadas com a finalidade das legislações que as instituíram, sendo elas:

§ 1º - A Medalha Lucília Guimarães Villa Lobos será destinada a mulheres que prestem serviços de relevância ao município, devendo acontecer no Dia Internacional da Mulher (08 de Março) ou Dia Nacional da Mulher (30 de Abril).

§ 2º - A Medalha Esmail Teixeira de Abreu será destinada a profissionais da imprensa e comunicação que contribuam com a propagação da notícia, fortalecimento dos veículos de comunicação do município, profissionais de publicidade, etc., devendo ser celebrado, a cada biênio, no Dia Nacional da Imprensa (01 de Junho).

§ 3º - A Medalha Eunice Maria da Conceição Silva Coelho será destinada a professores ativos e inativos que contribuam com o fortalecimento da educação no município e o aprendizado dos alunos, sendo outorgada anualmente no Dia dos Professores (15 de Outubro).

§ 4º - A Medalha Cônego Salles será destinada a cidadãos que incentivam a cultura de matriz africana, contribuintes das artes relacionadas as origens afro-descendentes, pessoas pretas que contribuem com o desenvolvimento local, bem como todos que defendem a liberdade religiosa, o combate ao racismo e lutam por políticas públicas de igualdade racial.

Praça Garcia, 96 – Centro Paraíba do Sul – RJ

CNPJ: 27.963.040/0001-95

Tel.: (24) 2263-7436 / 2263-7400





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 293 - As respectivas medalhas poderão ser entregues em conjunto com o Poder Executivo, podendo o prefeito e o vice-prefeito condecorarem, pelo menos, um homenageado.

Art. 294 - As respectivas medalhas também poderão ser entregues pela Câmara Municipal em caráter excepcional mediante consenso de todo Parlamento, desde que respeitada a finalidade da outorga.

TÍTULO XIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 295 – Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 296 – Não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

Art. 297 – Os prazos previstos neste Regimento contam-se o dia de seu começo e o de seu término e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Art. 298 – À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 299 – Fica mantido, na sessão legislativa em curso, o número de membros da Mesa das Comissões Permanentes.

Art. 300 – Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Art. 301 - Fica a Câmara Municipal obrigada a tramitar o Código de Ética e Decoro Parlamentar, a fins de regramentos de condutas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.





Praça Garcia Paes Leme, 96, Centro - Paraíba do Sul

Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALÃO NOBRE BENTO GONÇALVES PEREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL, EM 05 DE JUNHO DE 2025.

**André Vieira de Souza Salgueiro
Presidente**

**Diogo do Nascimento Azevedo
Vice-Presidente**

**Lucas Esteves Mendes
1º Secretário**

**Wallace de Souza Bernardes
2º Secretário**

